



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001172-40.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Alexandre Cesar Tenorio**
 Requerido: **VIA VAREJO S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um telefone celular da ré, cujo modelo era diferente daquele que possuía inclusive quanto aos *chips* que necessitaria utilizar.

Alegou ainda que em razão disso o funcionário que o atendeu cortou por iniciativa própria os *chips* que já usava para adaptá-los ao novo aparelho, mas com isso eles apresentaram problemas de funcionamento, perdendo os números de contatos de telefone de dois *chips* que compunham sua agenda particular.

A ré em contestação negou o fato constitutivo do direito do autor, asseverando que nenhum de seus funcionários efetua o procedimento invocado pelo mesmo (corte de *chips* para colocação em telefone celular).

A testemunha Diony Costa, porém, prestou seguro depoimento em sentido contrário.

Declarou que trabalhou para a ré e que atendeu o autor, muito embora não se recordasse de detalhes a esse respeito em decorrência da grande repetição de fatos semelhantes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não obstante, deixou claro que com frequência fazia o corte manual de *chips*, tal como descrito pelo autor, chegando a afirmar que formulou vários pedidos à ré para que providenciasse a ferramenta adequada para isso.

Assinalou, por fim, que houve reclamações de clientes pelo serviço realizado ter tido resultado insatisfatório.

Esse dado de convicção é relevante porque respalda ao menos em parte o relato exordial, e precisamente na parte refutada pela ré, sendo importante notar que nenhum indício foi amealhado para levar à ideia de que a testemunha tivesse faltado com a verdade.

O quadro delineado conduz à certeza de que a conduta atribuída pelo autor à ré efetivamente sucedeu, ao contrário do que foi sustentado na peça de resistência.

Assentada essa premissa, reputo que os pedidos formulados deverão ser parcialmente acolhidos.

Quanto à obrigação de fazer consistente no restabelecimento dos dois *chips* danificados pela ação da ré, reputo que ela não reúne condições técnicas para tanto.

Resolve-se, pois, a questão em perdas e danos, na medida em que é impossível a obtenção do resultado tencionado pelo autor por parte da ré.

Fixo a indenização a esse título em R\$ 3.000,00, em face da extensão do prejuízo suportado pelo autor com a perda de sua agenda particular.

Quanto aos danos morais, tenho-os como presentes.

O autor à evidência quando fez a compra do telefone celular não poderia imaginar a disparidade entre os *chips* que usava e o novo aparelho e muito menos que seria necessário o corte deles.

Não poderia imaginar, ademais, que o funcionário da ré assim agiria por conta própria (a testemunha Diony confirmou que chegou a fazê-lo ora a pedido de clientes, ora mesmo sem que ele houvesse) e, o que é pior, causando-lhe perdas de dados que mantinha.

É óbvio que isso lhe acarretou frustração de vulto muito superior aos meros dissabores inerentes à vida cotidiana e passível de caracterizar o dano moral, o que de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios usualmente observados em situações análogas (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo agasalho.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 01 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**